

ENTRE CRISES E EQUILÍBRIOS: A SOBREVIVÊNCIA DA DEMOCRACIA NO PRESIDENCIALISMO MULTIPARTIDÁRIO BRASILEIRO

Renan Fernandes de Faria¹

RESUMO: Esta é uma resenha do livro *Por que a democracia brasileira não morreu?* (Companhia das Letras, 2024), de Marcus André Melo e Carlos Pereira. Através de uma análise institucional da democracia brasileira, a obra busca elucidar, de modo acessível, como está estruturado o sistema político no país e quais são as principais ferramentas de contenção às ameaças à democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Política brasileira. Eleições. Presidencialismo.

BETWEEN CRISES AND EQUILIBRIA: THE SURVIVAL OF DEMOCRACY UNDER BRAZIL'S MULTIPARTY PRESIDENCIALISM

ABSTRACT: This is a review of the book *Why Didn't Brazilian Democracy Die?* (Companhia das Letras, 2024), by Marcus André Melo and Carlos Pereira. Through an institutional analysis of Brazilian democracy, the book aims to shed light, in an accessible way, on how the political system is structured in the country and what the key mechanisms that help protect it from democratic threats.

KEYWORDS: Democracy. Brazilian politics. Election. Presidentialism.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". E-mail: rf.faria@unesp.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-3448-681X>.

ENTRE CRISIS Y EQUILIBRIOS: LA SUPERVIVENCIA DE LA DEMOCRACIA EN EL PRESIDENCIALISMO MULTIPARTIDARIO BRASILEÑO

RESUMEN: Esta es una reseña del libro ¿Por qué no murió la democracia brasileña? (Companhia das Letras, 2024), de Marcus André Melo y Carlos Pereira. A través de un análisis institucional de la democracia brasileña, el libro busca esclarecer, de manera accesible, cómo está estructurado el sistema político en el país y cuáles son los mecanismos clave que ayudan a protegerlo de las amenazas democráticas.

PALABRAS CLAVE: Democracia; Política brasileña; Elecciones; Presidencialismo.

Devido às inúmeras ameaças à democracia ao redor do mundo nos últimos dez anos, diversos cientistas políticos contemporâneos buscaram compreender os processos que resultaram no que Larry Diamond (2015) classifica como “recessão democrática”, caracterizada pela reversão do Estado de Direito e pela baixa eficiência dos mecanismos institucionais de controle.

Com os protestos de junho de 2013, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, em 2018, o tema da recessão democrática entrou em vigor no cenário político brasileiro. Retomando pontos estruturais da atual conjuntura política brasileira, Melo e Pereira (2024) fazem uma análise do regime democrático no Brasil na última década a partir do que a literatura classifica como crise política e colapso das instituições.

Como alusão à obra de Levitsky e Ziblatt (2018) intitulada “Como as democracias morrem”, o livro procura responder o porquê da democracia no Brasil não ter morrido levando em conta o modelo constitucional pós-1988 e as características consensuais do sistema. Para tanto, enfatiza as dinâmicas que englobam as questões da governabilidade no presidencialismo multipartidário. Partindo de interpretações que afirmam que o Poder Executivo se deteriorou em relação com o Poder

Legislativo, os autores resgatam quais foram as mudanças institucionais que acarretaram maiores restrições ao presidente, analisando as metamorfoses do presidencialismo de coalizão.

Organizado em duas partes e em dezenove capítulos, o livro de Melo e Pereira se concentra na crise política que levou ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff na primeira parte – com treze capítulos – e, na segunda parte do livro – com mais seis capítulos –, discute a ascensão e a queda do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Guiados por uma perspectiva institucionalista de viés racional, os cientistas políticos partem da premissa de que as instituições democráticas são responsáveis por estruturar os incentivos que moldam o comportamento estratégico dos atores políticos. A estabilidade institucional, bem como os incentivos à cooperação, decorre diretamente da racionalidade dos atores, que agem com base em cálculos estratégicos diante das restrições institucionais.

A intenção da obra é cívica, ou seja, procura explicar temporalmente, de forma didática e acessível, como as dinâmicas políticas da última década resultaram na eleição de um populista de extrema-direita e como a democracia sobreviveu perante a onda de recessão democrática. Diante dessa proposta, o livro não mobiliza amplamente debates teóricos, mas recorre a uma análise institucional fundamentada em uma lógica dedutiva. A argumentação apresenta consistência através do uso de fatos políticos relevantes, embora não haja uma delimitação clara dos procedimentos metodológicos utilizados.

Os autores rejeitam a ideia de crise institucional generalizada como a literatura tem sugerido, argumentando que o problema central está na má utilização das ferramentas do governo pelos representantes eleitos, o que compromete a governabilidade e alimenta a antipolítica. O aumento da opinião pública de aversão à política, para Melo e Pereira, é resultado direto dos erros de gerência da coalizão do chefe do Executivo.

A formação e a administração de coalizões são vistas como mecanismos essenciais para se garantir a boa governabilidade considerando o arranjo constitucional brasileiro que, ao combinar proporcionalidade e multipartidarismo, promove um desenho consociativo marcado por governos de coalizão. Expressos na separação entre os poderes, federalismo

e bicameralismo, essa combinação é responsável por gerar ordem no sistema político. O presidencialismo multipartidário, ao conciliar esses fatores, gera incentivos à governabilidade, ao equilíbrio e à estabilidade, tendo em vista a cooperação entre os atores envolvidos e a previsibilidade esperada no comportamento político. As “crises” que a democracia tem enfrentado, dessa maneira, não representam uma falência da constituinte, mas uma dificuldade na efetividade dos controles democráticos.

Os autores realizam um resgate histórico do sistema político brasileiro pós-1988 para compreender as condições que levaram ao aumento da tensão institucional no país. Argumentam que, antes da crise, houve um equilíbrio macroeconômico sustentado por compromissos com a inclusão social, mas que choques exógenos teriam provocado uma transformação radical nesse arranjo. Os protestos de junho de 2013 seriam expressão dos efeitos desses choques, com um descontentamento popular ancorado na má gestão macroeconômica e na frustração com a qualidade dos serviços públicos oferecidos pelo governo de Dilma Rousseff. Segundo Marcos Nobre (2022), o ciclo de revoltas de junho representou o declínio do modelo neoliberal após a crise econômica global de 2008. Os protestos voltaram-se aos Estados nacionais em que o foco principal era o desempenho do governo e não a reforma das instituições políticas.

As manifestações criaram condições para que os cidadãos exigissem uma governança mais responsável, incorporando à pauta o combate sistemático à corrupção. Para os autores, a bandeira anticorrupção foi instrumento fundamental para viabilizar o *impeachment* de Dilma Rousseff. No capítulo sete, abordam o processo de *impeachment* a partir de uma perspectiva de não ruptura, argumentando que ele não configurou uma “canônica crise de paralisia decisória” (MELO & PEREIRA, 2024, p. 61). Devido ao caráter consociativo do sistema, o Executivo e o Legislativo possuem fontes de sobrevivência independentes, o que impediu que o afastamento da presidente resultasse em uma paralisação do governo.

Embora dois presidentes eleitos tenham sofrido processos de *impeachment* em menos de 25 anos, esses casos representam menos de 1% dos 363 pedidos apresentados até 2023. Para os autores, o processo expressa a vitalidade da democracia representativa, funcionando como

um mecanismo de reafirmação institucional que depende da participação democrática cidadã, sendo esta uma pré-condição para a efetividade do regime democrático.

O que não consideram, porém, é que um processo de *impeachment*, ainda que amparado institucionalmente, pode gerar profundos traumas políticos em uma sociedade democrática, produzindo déficits de representação e distorções que afetam o funcionamento do sistema político: há o aumento da desconfiança em relação às instituições, aumento da polarização, deslegitimação de governos eleitos e alimentação de um ciclo de instabilidade governativa, no qual representantes vivem sob constantes ameaças de perda de mandato.

A questão da fragmentação partidária é um dos pontos centrais para a argumentação do livro. Vista muitas vezes como um empecilho para a governabilidade devido ao grande número de partidos e, conseqüentemente, pela alta heterogeneidade ideológica, os autores defendem que ela por si só não pode ser responsabilizada pelas escolhas do presidente. É função do presidente renunciar certo protagonismo do poder de agenda para negociar minimamente um programa de governo que possibilite a construção de um ambiente que encontre menor resistência no Legislativo. Para tanto, é necessário que haja concessões de ambos os lados para cimentar as ações da coalizão e incorrer em menores custos de governabilidade.

A heterogeneidade ideológica, por sua vez, é apontada como antídoto institucional endógeno contra iniciativas antidemocráticas, especialmente em ambientes políticos polarizados. Combatendo qualquer possibilidade de concentração de poder em um partido, a diversidade ideológica é responsável por conter excessos iliberais e impedir que um dos polos se torne hegemônico. Há uma pré-condição de equilíbrio, em que a competitividade política e a alternância de poder geram incentivos às trocas e cooperação entre os atores a partir da obrigatoriedade do imperativo da barganha.

É através deste argumento que os autores interpretam as motivações para o surgimento de instituições de controle “externas” à política, como o Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal, que atuam como

árbitros autônomos das disputas entre os poderes, restringindo condutas desviantes dos representantes eleitos. O julgamento de grandes escândalos de corrupção pela Suprema Corte é uma demonstração prática de como as instituições se fortaleceram e adquiriram protagonismo no cenário político brasileiro. A expressão utilizada no nono capítulo sintetiza esse papel: é preciso haver uma coleira forte para um cachorro grande (MELO & PEREIRA, 2024, p. 112).

Na segunda parte da obra, a pergunta em que se baseia o título do livro é lançada: “por que a democracia brasileira não morreu?”. A resposta oferecida é direta: por conta do desenho constitucional do Brasil através das instituições legislativas, fragmentação partidária, sistema judiciário e federalismo. Para os autores, o caráter consociativo foi o grande responsável por impedir a instauração de uma agenda *antiestablishment* e antipartidária de Jair Bolsonaro.

A vitória de Bolsonaro, segundo os autores, resultou mais de fatores contextuais, como a rejeição ao Partido dos Trabalhadores e escândalos de corrupção, do que de méritos eleitorais próprios. Ele é descrito como um “presidente populista hiperminoritário” (MELO & PEREIRA, 2024, p. 161) com força constitucional, mas fraco politicamente.

A retórica antissistema perdurou até o segundo ano de cargo, quando precisou abandonar a rejeição à política por uma questão de sobrevivência política, pois a negação da política de coalizão estava gerando custos proibitivos de governabilidade. A partir de então, Bolsonaro se viu obrigado a construir uma coalizão minoritária com o Centrão através de moedas de troca envolvendo as emendas de relator, que ficaram conhecidas por “orçamento secreto”.

Ao explicar essa “mudança de rota” a partir da pandemia e de escândalos de corrupção envolvendo o governo, Melo e Pereira argumentam, através dos dados de uma pesquisa de opinião pública realizada em 2020, como a Covid-19 impactou os eleitores e como as ações governamentais na pandemia influenciaram diretamente na opinião pública. Os gráficos revelam dados expressivos que, analisados em conjunto, indicam que a forma como Bolsonaro gerenciou a pandemia gerou uma percepção crítica sobre seu desempenho. De modo geral, a

pandemia serviu como um holofote que expôs, no presente, as ações do presidente marcadas por um legado de malfeitos.

Essa mudança reforça o argumento central do livro em que o multipartidarismo fragmentado no Brasil funciona como um antígeno institucional contra iniciativas extremistas. A coalizão minoritária realizada por Bolsonaro não era exceção, mas a regra de qualquer governo populista com tendências autoritárias. Os partidos políticos, apesar de serem programaticamente fracos, são extremamente fortes dentro do Congresso Nacional. Medidas que fortaleceram o Legislativo foram sendo aprovadas de certa maneira que o chefe do Executivo perdeu sua vantagem estratégica sobre o poder. As Emendas Constitucionais nº 86, de 2015 e nº 100, de 2019, que tornaram obrigatória a execução de emendas individuais e coletivas são exemplos que fortalecem a autonomia do Legislativo em relação ao Executivo. Além disso, o sistema federalista possui múltiplos pontos de veto institucionais e partidários, como governadores que atuam como contraponto ao poder presidencial. A combinação de um presidente fraco com vários mecanismos de controle possibilitou, dessa maneira, a sobrevivência democrática.

Melo e Pereira alegam que apesar de retrocessos em políticas públicas, o país não enfrentou uma transformação institucional radical. A democracia se mostrou resiliente e o sistema de *checks and balances* permaneceu relativamente forte. Contrariando autores como Sanctis *et al.* (2023) que enxergava o caso brasileiro como uma das maiores tendências de autocratização no mundo no que tange à atuação do ex-presidente, os autores argumentam que esse tipo de análise representou um exagero por parte dos analistas. Isto porque as instituições de controle atuaram de maneira sistemática contra as preferências do governo em disputas legais, além da mídia permanecer livre e Bolsonaro ter aceitado o resultado da eleição de 2022.

Essa abordagem utilizada pelos autores se limita ao não considerar as dinâmicas informais e práticas iliberais na análise. Não é porque as instituições continuaram funcionando que as ameaças não representaram sinais de erosão democrática. É interessante observar como eles não consideram a tentativa de golpe de Estado envolvendo integrantes

do governo de Bolsonaro, incluindo o ex-presidente, e das Forças Armadas após as eleições presidenciais de 2022, como um movimento nocivo à democracia. Eles a caracterizam como “a maior *fake news* que o bolsonarismo jogou no ar e foi reverberada à exaustão” (MELO & PEREIRA, 2024, p. 178). Essa análise é compreensível considerando a data de publicação do livro, mas após a Primeira Turma do STF ter aceitado a denúncia da Procuraria-Geral da República em 2025, tornando réus todos os denunciados, fica evidente que por mais que um golpe não tenha se efetivado, houve certa instabilidade política que possibilitou a organização da trama golpista, inclusive a organização de um plano denominado de “Punhal Verde e Amarelo”², que previa o assassinato de Lula, seu vice, Geraldo Alckmin, e do ministro Alexandre de Moraes.

Melo e Pereira estão certos ao afirmarem que Bolsonaro, agindo sozinho, não tinha as mínimas condições políticas e institucionais para causar grave dano às instituições democráticas, mas pecam ao não reconhecerem a gravidade da tentativa do golpe de Estado como indicativo da crise democrática. Embora Bolsonaro tenha sido contido pelas instituições, ele plantou a semente de um movimento ideológico antissistema, cuja influência representa uma ameaça significativa à democracia.

Apesar disso, o livro cumpre seu papel de mostrar como os elementos institucionais do sistema político brasileiro, sobretudo suas características consensuais, forneceram antídotos contra as iniciativas antidemocráticas de Bolsonaro, evitando a morte da democracia no Brasil. Foram as próprias instituições que o forçaram a se comprometer e abandonar a retórica *antiestablishment* através de uma sociedade vigilante com fortes mecanismos de controle atuantes.

Fica claro, durante a leitura da obra, como o Legislativo se tornou menos dependente do Executivo após as reformas que ampliaram seu poder orçamentário, e como a fragmentação partidária se revelou crucial para conter ações iliberais. Se a intenção do livro é mostrar

² Fernanda Vivas, “Relembra a ‘operação Punhal Verde Amarelo’, o plano para assassinar autoridades”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/12/14/relembra-a-operacao-punhal-verde-amarelo-o-plano-para-assassinar-autoridades.ghtml>. Acesso em: 31/ março/2025.

que o presidencialismo de coalizão não está morto, apesar de suas disfuncionalidades, ele o faz com muita eficiência.

Centrando-se no papel do presidente, os autores insistem que as dificuldades encontradas na relação Executivo-Legislativo são provenientes da escolha direta do chefe do Executivo ao decidir montar uma coalizão. O grande desafio no presidencialismo multipartidário é levar em consideração a preferência do Legislativo na montagem da coalizão. Essa análise reforça o viés racional de Melo e Pereira, que versam mais sobre a ação dos atores do que sobre a formação e transformação estrutural das instituições.

Considerando a tradição institucionalista dos autores, a obra evidencia que as instituições têm cumprido seu papel e dispõem de mecanismos para conter ameaças à democracia. A maior dificuldade se encontra na formação *ex-post* de coalizões sem bases programáticas, que se convertem em barganhas para a sobrevivência política e eleitoral. É nesse contexto que se instaura o ideário de crise institucional. Potente para este diagnóstico, o livro consegue transmitir a dinamicidade do processo político e convida à reflexão sobre como superar as dificuldades do dilema institucional no Brasil.

REFERÊNCIAS

- DIAMOND, Larry. Facing up to the democratic recession. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, p. 141-155, 2015.
- VIVAS, Fernanda. Relembra a ‘operação Punhal Verde Amarelo’, o plano para assassinar autoridades. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/12/14/relembra-a-operacao-punhal-verde-amarelo-o-plano-para-assassinar-autoridades.ghtml>. Acesso em: 31/março/2025.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MELO, Marcus André; PEREIRA, Carlos. Por que a democracia brasileira não morreu?. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

NOBRE, Marcos. Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

SANCTIS, Adriane MENDES, Conrado Hübner; SALES, Fernando Romani; AMARAL, Mariana Celano de Souza; BARRETO, Marina Shhessarenko. O caminho da autocracia: estratégias atuais de erosão democrática. Tinta-da-China Brasil, 2023.

Texto recebido em 01/04/2025 e aprovado em 20/08/2025